



ARTIGOS



A história não contada (Fala a jovens pesquisadores)

GEOVÁ SOBREIRA*

A Universidade Central de Venezuela, durante o mês de maio de 1975, promoveu um seminário de nível internacional para discutir e analisar a vasta obra de ficção do romancista Alejo Carpentier. Posteriormente, essas conferências foram reunidas em livro sob o título *Razón de Ser*¹. Alejo Carpentier abriu aquele seminário com uma instigante conferência analisando os grandes riscos e os imensos desafios atuais com que se defrontam os profissionais da escrita, com o inquietante fenômeno da globalização da cultura de massa, com a comunicação digital em tempo real, uma vez que o operário da palavra dispõe apenas de um maleável, frágil e fluido instrumento de trabalho incompatível com os revolucionários, e até assustadores, avanços tecnológicos do mundo moderno como dispõe o músico com a introdução do uso da digitalização, da mixagem, dos sintetizadores de sons, dos aparelhos eletroacústicos e da masterização da música. Inimaginável, também, é a contribuição da química moderna com a produção de novos materiais para os avanços das artes plásticas. Fantástica e formidável foi também a rápida evolução da indústria do cinema e da imagem, em virtude dos avanços tecnológicos, passando quase como um passe de mágica do cinema mudo para os filmes em 3D.

No entanto, apesar de todos os avanços tecnológicos, o artista e o trabalhador da palavra não foram nem serão beneficiados com essas

* Mestre em Ciências Econômicas (Fundação Getúlio Vargas – Rio), Ensaísta e Historiador.

¹ Universidade Central de Venezuela, Rediciones Del Rectorado, Caracas, 1976.

maravilhosas e surpreendentes técnicas. Ele está confinado. Seu único instrumento de trabalho é a palavra para com ela e só com ela expressar o belo, a verdade, todas as paixões humanas, grandezas e infâmias, tragédias e heroísmos, extraindo cadências, sons, seduções e ritmos. Bilac², em seu clássico soneto *Inania Verba*, exclama: “Ah! Quem há de exprimir, alma impotente e escrava/ O que a boca não diz, o que a mão não escreve?” Mais dramático é o tormento de Augusto dos Anjos na luta pela busca da palavra exata para exprimir com precisão o turbilhão de sentimentos em ebulição na mente do poeta. (Soneto “A Idéia”, in *Eu & Outras Poesias*, Rio de Janeiro: Civilização/Itatiaia, 1982). É a divindade da palavra que abre o *Evangelho de São João*, porque “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”³.

Reside aí a grande sedução do escritor.

Jacques Le Goff⁴ dedicou sua vida a desvendar encantos e surpresas do mágico caldeirão cultural da Idade Média. Em seu minucioso estudo *Os Intelectuais na Idade Média*, com suprema maestria e riqueza de pormenores, dissecas as funções do *escriba* a serviço da Igreja e dos Reis, redigindo relatos, crônicas, hagiografias, “éditos” e decretos, bulas e encíclicas papais. O *escriba* transformar-se-á, com o passar do tempo, em “intelectual”. Se em Paris pontificaram os teólogos escolásticos, pululando com jactância e soberba por todos os cantos, fazendo guerras verbais por questiúnculas, a Ibéria era invadida por árabes e mouros, matemáticos, astrônomos, esculápios, num caldeamento maravilhoso e mágico de raças e de culturas, com rapsódias maravilhosas como da *Moura Encantada*, da *Donzela Teodora*, de *A História da Imperatriz Porcina*, e com a fascinante sedução dos contos das *Mil e Uma Noites*. É nessa Ibéria onde irá surgir a tradição da novela picaresca com *A Vida de Lazarillo de Tormes e de suas Fortunas e Adversidade*, narrando as andanças e desventuras de certo Lázaro desde Tormes, da aldeia de Salamanca à mouro Toledo, capital do Reino de Espanha. Depois veio Cervantes e o cavaleiro de sonhos, Dom Quixote, conquistar lugar privilegiado na literatura mundial. E o pícaro foi se adaptando como podia, imiscuindo-se nos desvãos mais ínfimos e baixos do edi-

² BILAC, Olavo. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³ *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

⁴ LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed. 2002.

fício social do século XV, estratificado pelo absolutismo de Carlos V e sob os tentáculos infernais da Santa Inquisição.

De repente, esse mundo picaresco deságua como por encanto nos sertões. No meio da caatinga adusta e ressequida, habitada por bois e vaqueiros, surgem princesas, com seus reinos e castelos encantados, como a *Princesa da Pedra Fina* ou *A Princesa Magalona*, e seus pícaros e ardilosos heróis de sobrevivência com Cancão de Fogo, Chicó, João Grilo, até o surgimento do real maravilhoso, do barroco rústico e sublime de José Pacheco com *A Chegada de Lampião no Inferno*, e mais sublime ainda com *O Grande Debate de Lampião com São Pedro*. É o universo barroco, moçárabe e ibérico que forma a grande novelística. Nela bebeu Alejo Carpentier para a construção de sua magistral e vasta obra literária. No entanto, no início de sua carreira, Alejo Carpentier, por inexperiência ou modismo da época, aventurou-se a escrever um *Romance Experimental*, observando os rígidos cânones do *Realismo Francês*, que obrigavam a escolha de determinado tema e ambiente, documentar-se a seu respeito, observá-lo, vivê-lo durante algum tempo, e pôr-se depois a trabalhar com base no material recolhido. Com estas diretrizes, o então jovem romancista, Alejo Carpentier partiu para o interior de Cuba, instalou-se por uma semana numa pequena aldeia de forte influência afro-cubana, com suas práticas de “santeria”, observou por longas horas rituais africanos de danças e fetiches, fazendo detalhadas anotações de tudo que lhe surgia como esdrúxula ou espantosa novidade. Ele voltou para Havana com cadernos abarrotados de notas e escreveu o romance *Ecue-Yamba-O*. Foi o mais medíocre livro de sua vasta obra literária.

Se até na ficção literária, esse frágil método de captar a realidade social e cultural de uma região, com rápido olhar, com alguns cartapácios de anotações e com algumas dezenas de entrevistas pode produzir verdadeiros monstrenhos literários, os historiadores, sociólogos, antropólogos estão muito mais expostos a essas perigosas armadilhas, que, além de mascarar e encobrir fatos produz versões incompatíveis com o que de concreto sucedeu, porque jogam para debaixo do tapete a realidade dos acontecimentos gerando narrativas transitórias e falseando o relato histórico.

E nós temos no Ceará muitas histórias mal contadas.

Pesquisadores, lépidos e sôfregos por informações para suas dissertações de mestrado ou teses de doutorado, são as vítimas mais ex-

postas a essas ciladas e perigosas armadilhas... E elas são tão perigosas, embora pareçam fascinantes, porque podem até manchar e comprometer promissoras carreiras acadêmicas como divulgadores de mentiras e injúrias.

O êxito do trabalho do cientista social depende de sua capacidade de farejar tapetes e baús das elites para extrair deles fatos silenciados pela História e principalmente saber mergulhar no imaginário popular para sentir com a alma do povo. Henry Koster foi, entre viajantes europeus, quem no início do Império, melhor compreendeu a alma brasileira, porque anotava suas conversações com populares sentado nos degraus das portas das casas-grandes, pisava o massapé dos canaviais, andando ao lado de escravos, cochilava no embalo da rede ou lombo de burros, mastigando léguas-de-beiço em conversas miúdas.

Há riscos em demasia nas andanças investigativas do pesquisador.

Temos um exemplo clássico na História do Ceará. O naturalista escocês, George Gardner, veio ao Brasil em 1836. Por léguas e léguas, ele percorreu as mais árduas e menos favorecidas regiões do País e realizou um profícuo trabalho científico de identificação de espécies animais e vegetais, que, até então, eram desconhecidas completamente de todo o mundo científico.

George Gardner⁵ produziu um rigoroso relato científico da fauna e flora brasileiras: *Viagem ao Interior do Brasil*. No entanto, cometeu grosseiro erro imiscuindo-se em história local, dando ouvidos e voz a intrigas e a ódios políticos, impingindo e disseminando rancores contra José Martiniano de Alencar e principalmente calúnias contra Bárbara de Alencar, contando histórias picantes da vida do Crato:

“O vigário, então, um velho de setenta e oito anos, era pai de seis filhos naturais, um dos quais, educado para sacerdote, depois se tornou presidente da província e era então senador do Império, conquanto ainda conservasse seu título eclesiástico. Durante minha estada em Crato ele veio visitar o pai, trazendo consigo sua amante, que era sua prima, com oito filhos dos dez que ela dera, tendo, além disso, cinco filhos de outra mulher, que falecera ao dar a luz ao sexto”.

⁵ GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP e Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1975, p. 94.

Com esse pequeno relato, George Gardner reduz a figura de Bárbara de Alencar, heroína de Revolução de 1817 e primeira prisioneira política do Brasil em simples e banal mancebia de um velho pároco de aldeia perdida no interior do Brasil.

Surpreende esse relato, narrado sem análise e reflexão, sem nem ao menos elaborar uma cronologia dos acontecimentos que sacudiram o Ceará e o Brasil em 1817 e 1824 para eliminar dúvidas e incongruências de sua infeliz narrativa. No entanto, esse pequeno trecho de bisbilhotice social de historietas maliciosas de “ponta de calçada” contido na sua importante obra científica macula a história política do Ceará como uma crônica maldosa com um único objetivo de denegrir a geração que realizou a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador.

Em sua peregrinação científica, George Gardner veio ao Ceará, deslocando-se até o sul da Província, fixando-se na Vila do Crato para estudar a estupenda e luxuriante riqueza vegetal da Chapada do Araripe. No Crato, foi hóspede do Padre Francisco Gonçalves Martins, então vigário-substituto daquela Vila. Lá permaneciam ainda vivas as tensões políticas da Província, sangravam ainda feridas de lutas heróicas, chorava-se o assassinato covarde de Tristão Gonçalves, sentiam-se revoltas pelo fuzilamento de Pinto Madeira, estavam acesas também paixões e vinganças nascidas entre os que sonharam e lutaram por “uma outra independência do Brasil” republicana, liberal e federalista, e aqueles mesquinhos e ferrenhos monarquistas e imperialistas, que não queriam perder regalias, benesses e prestígios concedidos pelo Império. Recaíram sobre as Províncias de Pernambuco e do Ceará os ódios da Corte do Rio de Janeiro, como vingança pela Revolução de 1817 e pela Confederação do Equador em 1824. O ódio Imperial fez-se presente e para deter e esmagar o ímpeto de crescimento econômico das Províncias do Norte capaz de sonhar e desfraldar a bandeira da liberdade. A alfândega de Pernambuco, a única superavitária da Colônia, financiou a mais nobre e generosa das Revoluções brasileiras. Por esta patriótica ousadia, Pernambuco perdeu dois terços do seu território e a Província do Ceará, que não tinha muito a perder em razão de sua fragilidade econômica, foi submetida ao tacão mesquinho da Corte do Rio de Janeiro. A política da Corte era eliminar a influência dos remanescentes históricos das lutas pela Independência. Os bens dos revolucionários de

1817 e da Confederação do Equador foram confiscados. O Governo Imperial, em 2 de novembro de 1824, ofereceu um prêmio de 10 contos de réis pela eliminação de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (*Arquivo do Barão Studart*, fs. 42)⁶.

Existia, portanto, na região um clima propício para injúrias, calúnias e traições. O então vigário-substituto da Vila Crato, Padre Francisco Gonçalves Martins, adversário da família Alencar, anfitrião de George Gardner, tinha arrematado vastas propriedades, em supostas hastas públicas, habilmente arranjadas, apoderando-se de bens de propriedade de dona Bárbara Alencar. José Martiniano de Alencar lutou bravamente para reaver o patrimônio da família, que fora confiscado pelo Império e distribuído entre os seus adversários e inimigos. Por isso, as tensões e paixões políticas da Província do Ceará estavam exaltadas, quando da passagem de George Gardner pela Vila Real do Crato e o então Vigário, seu anfitrião, incumbiu-se sem pejo e vergonha de contar-lhe toda a sorte de mentiras para denegrir a memória de José Martiniano de Alencar. O naturalista George Gardner, em certo momento, abandonou, pois, o escopo e objeto de seus estudos da flora e da fauna da Serra do Araripe, para fazer crônica maliciosa de alcovas alheias, enlameando a história de dona Bárbara de Alencar e do Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha. Assim, a elite cearense, seduzida pelos encantos da Corte, jogou eventos belos e nobres de nossa História para debaixo do tapete e transformou-se servilmente em agente passiva do Governo Imperial. O Ceará ficou sendo a Província dos Barões, mas que tinham vergonha de sua história e de seu passado e contentaram-se com o triste papel de ser simples cachos dos poderosos da Corte do Rio de Janeiro.

Atingir José Martiniano de Alencar era a aspiração da Corte do Rio de Janeiro. Riscar da História o nome de Tristão Gonçalves era o intuito dos que aspiravam o “poder absolutista”, excluindo a independência das Províncias.

A Confederação do Equador, um dos capítulos mais belos da História do Ceará, não foi um movimento separatista como inculcado e sim a bandeira de liberdade contra as pretensões absolutistas de Dom Pedro I. Os mártires cearenses foram fuzilados, em 25 de maio de 1825, no

⁶ *Arquivo do Barão de Studart*, Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010. Coordenação Geral de José Augusto Bezerra.

Campo da Pólvora, em Fortaleza. Com a reurbanização da cidade em 1892, aquele espaço público recebeu o nome de Praça dos Mártires, mas pouco tempo depois foi rebatizado, apagando seu passado histórico glorioso, mudado até o nome para Passeio Público, imitando o Rio de Janeiro, e para esquecer aqueles fatos heróicos, de lá foram retirados todos os elementos que pudessem até lembrar, porque até lembrando sangrariam profundas feridas históricas, visto que ali tinham sido fuzilados os heróis cearenses da Confederação do Equador.

Ainda hoje, no Passeio Público de Fortaleza, nada existe que relembre o fuzilamento dos Heróis desse fato histórico significativo.

No entanto, a vergonha mais dolorosa da história oficial do Estado do Ceará viria ocorrer alguns anos mais tarde, no transcurso do Primeiro Centenário da Confederação do Equador. Enquanto Pernambuco realizava uma semana inteira de festejos coroados pelo belo trabalho de Barbosa Lima Sobrinho⁷, *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*, exaltando o ideário do movimento de 1824, que derivou da confluência de suas águas os três pilares da vida nacional: o liberal, o federalista e o nacionalista. Assim, enquanto Pernambuco exaltava seus heróis, o Ceará sentia repugnante vergonha de seus mártires. O Instituto do Ceará realizou no Teatro José de Alencar uma reunião solene para lembrar a Confederação do Equador. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, presidente do Instituto do Ceará assim se pronunciou: “No meio da ruína de caráter, que sucede às causas vencidas e que então cobriu de pó infamante a maioria dos homens implicados no movimento, foi Tristão um dos que sobrenadaram ao soçobro geral do arrependimento tardio. A Revolução do Equador, bem como qualquer outra tendente a fragmentar a nossa estremecida pátria, **nem deve merecer encômios nem ser proposta à geração atual como protótipo de civismo.**”⁸ (grifos meus).

A rediscussão dos temas mais relevantes da História do Ceará é, pois, de fundamental importância para sedimentar uma cultura pedagógica e sem medo da verdade, sem servilismos políticos. E essa rediscussão deveria ser iniciada como o estudo do movimento na Província

⁷ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, 234 p.

⁸ POMPEU, Tomás. Discurso pronunciado na sessão solene do Instituto do Ceará, em 26 de agosto de 1924. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1924, Tomo Especial, 691 p.

do Ceará pelo reconhecimento da Independência do Brasil, abrindo todos os baús, onde se mantêm escondidos os fatos mais importantes e fundamentais para a nossa formação política.

Esse silêncio é tributo das oligarquias submissas ao poder central.

Pernambuco fez de Frei Caneca herói nacional.

O Ceará sepultou no esquecimento geral os seus heróis.

* * *

Outro exemplo clássico de riscos a que está exposto o pesquisador, quando não se reveste de prudência e não testa e analisa detalhadamente as informações colhidas doutros documentos e doutras fontes, foi provavelmente o que ocorreu com o professor Lourenço Filho, em seu livro *Juazeiro do Padre Cícero*.

Além disso, o pesquisador deve conhecer bem o contexto histórico em que se desenrolou o fato estudado, a realidade local e o envolvimento e interesses das “fontes” informantes em construir narrativas envolvendo e distorcendo fatos do objeto de estudo.

O professor Lourenço Filho veio ao Ceará como repórter do jornal *Estado de São Paulo*, logo no início dos anos 1920. Esse é um momento muito instigante na história da vida política brasileira. O Brasil caminhava para a celebração do Primeiro Centenário da Independência e o Estado de São Paulo, com sua elite enriquecida com a produção e exportação do café, estruturava-se para ocupar posição de hegemonia econômica, política e cultural no Brasil. A primeira etapa dessa marcha para a consolidação das aspirações paulistas era a construção do Monumento do Ipiranga e a instalação do Museu da Independência, cujo diretor Afonso d’Escagnolle Taunay teve como missão formar uma pinacoteca com vultos paulistas como importantes atores da história do Brasil. Visando atingir esse objetivo, o Governo do Estado de São Paulo reuniu seus mais importantes intelectuais e escritores para reescrever a história de São Paulo e o seu papel de relevo na nossa história. Coube a Paulo Setúbal a incumbência de, com pinceladas artísticas, redesenhar a figura do **bandeirante**, dando-lhe nova roupagem, transformando em heroísmo patriótico ações predatórias como as perpetradas por Domingos Jorge Velho, exterminador de milhares de índios. Narrará Paulo Setúbal, com fino glamour, as aventuras amo-

rosas da Marquesa de Santos com o Imperador Pedro I em idílios românticos. O jornal *Estado de São Paulo* empenhou-se nessa bem articulada campanha, e até financiou e divulgou com largas coberturas jornalísticas a Semana de Arte Moderna. São Paulo queria tornar-se o coração, a mente e o braço produtivo do Brasil. Era a locomotiva febril puxando carros ociosos...

Nessa campanha, jovens intelectuais paulistas visitaram diversas regiões do interior do território brasileiro para relatar em longos artigos o atraso econômico, a ausência total de infraestrutura social, o analfabetismo generalizado, a falta de equipamentos de saúde pública e a pobreza aviltante grassando em todos os sentidos. Na mesma edição em que divulgavam matéria jornalística exibindo o quadro deprimente de determinadas regiões brasileiras, havia outra matéria mostrando e exibindo a explosão de riqueza e a qualidade de vida da rica elite paulista. Era um confronto doloroso das duas faces da mesma moeda, de um país esmagado por mais de 300 anos de escravidão, de exploração extrativista predatória, com omissão total do Estado.

Assim, entre esses muitos intelectuais-repórteres, que produziram longos artigos e conferências sobre a penúria e a miséria de determinadas regiões do Brasil, vieram ao Ceará, e mais precisamente a Juazeiro, Paulo Moraes e Barros e Lourenço Filho, professor da Escola Normal de São Paulo, para mostrar ao país que a terra do Padre Cícero era “um quisto ameaçador” à tranquilidade social. E sua série de artigos publicada em *O Estado de São Paulo* foi reunida em livro, lançado em 1926, *Juazeiro do Padre Cícero*⁹. O jovem intelectual ficou aparvalhado diante do “estranho aglomerado humano: o Juazeiro do Padre Cícero”. Espantou-se diante da realidade social, como se todo o atraso dos sertões tivesse ali se condensado, para condicionar maior retrocesso e estabelecer condições propícias de desajustamentos, em que repontam mentalidades atrasadas por séculos. É preciso fixar alguns aspectos de Juazeiro, chamado por muitos de famosa Meca sertaneja, que impressionaram profundamente Lourenço Filho – “arraial e feira, antro e oficina, centro de orações e hospício enorme...”¹⁰. O livro de Lourenço

⁹ LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*. 3ª. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

¹⁰ LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*. 3ª. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956, p. 29.

Filho foi, logo, saudado com entusiasmo invulgar pelos mais ilustres membros da intelectualidade brasileira e recebeu prêmio da Academia Brasileira de Letras. Foi a consagração pelas letras do jovem intelectual paulista. O sertão era o atraso. Juazeiro era um covil imundo de jagunços e fanáticos.

* * *

Este curto espaço de tempo de uma fala rápida em um congresso não comporta uma análise crítica de toda a obra do professor Lourenço Filho, *Juazeiro do Padre Cícero*. Assim, cingir-me-ei a estudar apenas o seu capítulo 8º, que analisa a figura singular do Beato José Lourenço da Silva. A escolha deste capítulo da obra do educador paulista não é aleatória e tem a finalidade de mostrar aos jovens pesquisadores as perigosas armadilhas a que eles estão sujeitos e expostos em suas pesquisas de campo.

Lourenço Filho usou como “fontes” para elaboração do capítulo 8º da obra sob análise: um artigo publicado no jornal *Gazeta do Cariri*¹¹, editado no Crato, edição de 22 de janeiro de 1922; um discurso na Assembleia Estadual do Ceará, pronunciado pelo jovem deputado Dr. José Martins Rodrigues, em 15 de março de 1922; e o discurso do Dr. Floro Bartolomeu da Costa pronunciado, no dia 23 de setembro de 1923, na Câmara dos Deputados¹². A notícia de um “boi milagreiro”, do “boi santo” causou-lhe tão grande impacto, que fez o professor Lourenço Filho até dispensar a procura de outras fontes para certificar-se da exatidão e veracidade dos fatos, que se propunha a narrar.

A primeira providência que caberia ao jovem intelectual fazer seria examinar a extensão e a profundidade dos ódios políticos, que sacudiam a região do Cariri naqueles tensos momentos. A ascensão política em nível federal do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, inquietava as elites cearenses, de modo especial, a arquidiocese do Ceará. Em 1921, o Dr. Floro Bartolomeu da Costa foi candidato a deputado federal com o apoio ostensivo e resolutivo do Padre Cícero. Sua eleição figurava-se

¹¹ Jornal *Gazeta do Cariri*, Crato. Edição de 22 de janeiro de 1922.

¹² COSTA, Floro Bartolomeu da. *Joazeiro e o Padre Cícero* (Depoimento para a História). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

como uma real ameaça às famílias tradicionais que mantinham a hegemonia política da região por décadas. Além desse aspecto, a “aristocracia” local temia a consolidação política do movimento religioso de Juazeiro. O jornal *A Razão*, órgão oficial da Diocese do Crato, em campanha aberta contra a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, afirmava que ele era forasteiro e que nem ao menos era representante legítimo do povo cearense, e mais, que eram bem conhecidas as inamistosas relações reinantes entre o Dr. Floro Bartolomeu da Costa e os católicos de todo Ceará. A repulsa da hierarquia católica ao candidato do Padre Cícero à Câmara Federal era ostensiva e pública não só da Diocese do Crato, mas seguida pelo clero da Diocese de Sobral e da arquidiocese de Fortaleza.

Rodolfo Teófilo, uma das figuras mais brilhantes da intelectualidade de Fortaleza, na época, mantinha, contudo, arraigada animosidade pessoal contra o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, desde a Revolução de 1914, que destituiu o Governador Franco Rabelo, porque os romeiros do Padre Cícero cercaram sua residência apenas gritando palavras de ordem contra o Governador do Estado. Rodolfo Teófilo publicou no jornal *Correio do Ceará*, de Fortaleza, um artigo intitulado **As Estátuas**, ridicularizando a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa e transcreve parte do artigo publicado na *Gazeta do Cariri*, em 22 de janeiro de 1922, a quem chama de manipulador do fanatismo dos sertanejos e acrescenta: “Um boi do Padre Cícero foi tido por santo e milagreiro, tanto que os seus excrementos, mormente a urina, eram disputados pelos romeiros e eram usados para curar doenças.” A arquidiocese do Ceará orientou a todos os seus vigários que lessem o citado artigo em todas as missas não só sugerindo, mas pedindo aos católicos do Estado, que não votassem no candidato do Padre Cícero. Até os púlpitos foram transformados em exaltadas tribunas contra Dr. Floro Bartolomeu da Costa.

Foi nesse conturbado ambiente político que nasceu a fantástica e maldosa história do *Boi Mansinho*. E é uma história muito simples. Em 1915, Delmiro Gouveia importou da Índia um plantel de gado puro sangue da raça *gir*, e quando esses animais chegaram ao porto do Recife, após longa e penosa viagem marítima, Delmiro Gouveia escolheu um belo casal de animais da raça *gir* e mandou de presente ao Padre Cícero, com o objetivo de melhorar a genética do rebanho bovino da

região sul do Ceará. Após o desembarque dos animais no porto do Recife, o casal de bezerros foi conduzido para o Juazeiro, tangido por vaqueiros, fazendo pequenos pousos e paradas no caminho. A fadiga da viagem marítima e a mudança brusca da qualidade da alimentação e a longa jornada dos animais pelos sertões na seca de 1915 afetaram a saúde dos animais de tal modo que a bezerra não resistiu à inclemência do tempo e morreu exaurida de fome e de cansaço quando já se aproximava do Ceará. O bezerro chegou a Juazeiro em plena petição de miséria, apenas vivo, mas muito magro e doente. O Padre Cícero mandou chamar o beato José Lourenço, administrador de uma das propriedades rurais mais prósperas e bem cuidadas da região e determinou que ele cuidasse daquele bezerro com todo desvelo, pois havia chegado de muito longe, do “estrangeiro”, magro e doente, mas que era muito importante para melhoramento genético dos rebanhos da região e que tinha sido um riquíssimo presente de um amigo muito ilustre.

O beato José Lourenço conduziu o bezerro para o Sítio Baixa-Dantas, localizado no município do Crato, e desvelou-se em mil cuidados para lhe salvar a vida, construindo um abrigo coberto para o animal e fornecendo-lhe a melhor alimentação possível, dando-lhe banho e escovando-lhe o pelo. Aos poucos o animal foi se recuperando dos traumas da viagem e tornou-se um lindo touro, que passou a contribuir para a melhoria genética dos rebanhos da vizinhança. Indagado do excesso de cuidados que o beato José Lourenço dedicava àquele animal, ele repetiu muitas vezes “Se qualquer objeto do Meu Padim, por mais que sem futuro que seja e mesmo ele sem pedir eu cuido com imenso zelo, quanto mais um animal tão recomendado, quanto este”.

Foi o desvelo por esse boi de propriedade do Padre Cícero, que abriu a longa esteira de acusação e maledicências contra o beato José Lourenço.

O deputado José Martins Rodrigues, um dos líderes dos movimentos católicos dirigidos por Dom Manoel, arcebispo do Ceará, engajou-se com denodado empenho na campanha contra a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa a deputado federal e pronunciou da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará um contundente discurso atacando o fanatismo reinante em Juazeiro e, com vastos recursos oratórios, contou que o Padre Cícero tinha um *Boi Milagreiro*. E, com essa pecha, passou a combater a candidatura do Dr. Floro Barto-

lomeu da Costa e clamando para que a população católica do Ceará não votasse em candidatos apoiados pelo Padre Cícero, que era um manipulador do fanatismo e explorador do povo sertanejo.

A imprensa do Estado do Ceará abriu largos espaços para as declarações do deputado José Martins Rodrigues, pois a matéria era por demais chocante. No entanto, não teve a menor repercussão na imprensa estadual o discurso do deputado Godofredo Teles, da mesma tribuna da Assembleia Legislativa, pronunciado uma semana depois da fala do deputado José Martins Rodrigues, desmentindo suas acusações falaciosas e o deputado Godofredo Teles falava com conhecimento de causa porque era da região, conhecia a vida dos moradores da comunidade agrícola da Baixa-Dantas e vinha de longa data acompanhando o melhoramento genético do gado da região com cruzamento do touro da raça *gir*, de propriedade do Padre Cícero, e que se encontrava sob os cuidados e zelos do Beato José Lourenço. Gritou da tribuna da Assembleia Estadual que “*boi milagreiro* só existia na mente dos inimigos gratuitos do Padre Cícero!”

A fria razão sempre perde em debates com as paixões desenfreadas.

Existiam, contudo, sólidos caminhos à disposição do jovem intelectual Lourenço Filho para a busca da verdade mascarada naquelas histórias escabrosas do *Boi Santo* ou *Milagreiro* e não era tão difícil assim uma averiguação desapassionada dos fatos porque o Sítio Baixa-Dantas, onde morava o beato José Lourenço, ficava apenas a cinco quilômetros do local onde Lourenço Filho se achava hospedado. E ele lá não foi. Poderia, até mesmo, para certificar-se da realidade daquelas estranhas narrativas, em um dos seus passeios pelas ruas do Crato, dar uma pequena parada no Cartório de José Bezerra de Brito, que era irmão do coronel João de Brito, proprietário do Sítio Baixa-Dantas e que se encontrava, desde 1900, arrendado ao Padre Cícero e administrado pelo beato José Lourenço. Era lá que estava o “boi mansinho”. E isso também ele não o fez.

O professor Lourenço Filho poderia compulsar o livro *Beatos e Cangaceiros*, de autoria de Xavier de Oliveira, editado no Rio de Janeiro, em 1920. Esse livro estava provocando profundo mal-estar em toda a população de Juazeiro. Era o desfile dos beatos, que habitavam em Juazeiro: o beato da Cruz, o beato Vicente, o beato Ricardo, o beato Manoel Antonio, o beato Romualdo, o beato José, o beato Chiquinho, o

beato Elias, italiano e muito amado pelos romeiros, o beato Domingos, o beato Chico Andrade, o beato Antonio, só não fala, em momento algum, no beato José Lourenço. Xavier de Oliveira abre sua galeria de beatos com o beato da Cruz, que andava sempre conduzindo o seu “cordeiro santo”¹³ pelas ruas de Juazeiro. Xavier de Oliveira fotografou o beato da Cruz e o seu “cordeiro santo” como exemplo condenável da exaltação religiosa do fanatismo romeiro. A indagação que é feita, agora: por que foi que não foi fotografado o “Boi Santo” do Beato Zé Lourenço? Seria muito mais ilustrativa a exaltação do incitamento fanático a foto do *boi santo*, com seus chifres enfeitados com fitas de todas as cores do que a de simples, manso e singelo carneiro.

No entanto, esse registro não foi feito. Além disso, Xavier de Oliveira era a pessoa mais interessada no desgaste político do Dr. Floro, que era seu adversário direto, naquela campanha política para a Câmara Federal.

Um pouco antes da vinda do Professor Lourenço Filho ao Juazeiro, esteve lá também o Dr. Paulo Moraes e Barros, em companhia do General Rondon e do deputado federal Simões Lopes, em comissão do Governo Federal para inspecionar as obras do Nordeste. De retorno ao sul do país, o Dr. Paulo Moraes e Barros, no dia 23 de agosto de 1923, pronunciou uma conferência na Associação dos Empregados no Comércio do Rio Janeiro, tecendo severas e injustificáveis críticas ao povo de Juazeiro, aos romeiros e ao Padre Cícero. Posteriormente, o Dr. Paulo Moraes e Barros reuniu essas conferências em livro sob o título *Impressões do Nordeste Brasileiro* (editado pela Gráfica Monteiro Lobato & Cia., São Paulo, 1924). Ele não afirma e apenas usando de artifícios de linguagem, ocultando-se, portanto, escreveu: “...contam-se do venerado Padrinho cousas do arco da velha. Dentre as muitas, vem-nos à pluma, a história de um boi zebu, com que foi presenteado, o qual, ao cabo de pouco tempo fazia de boi Ápis” (p. 59). O Dr. Paulo Moraes e Barros, fazendo ilações infundadas, afirma: “Atribuem a certo representante da Nação, que navega nas águas políticas de Juazeiro, a extinção do giboso fetiche, que ameaçava implantar-se como símbolo da redenção” (*ibidem*).

¹³ OLIVEIRA, Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*. Rio de Janeiro; s/ed. p. 46.

O Dr. Paulo Moraes e Barros foi cauteloso no relato da história do “boi mansinho”, usando de circunlóquios do “dizem” e “contam-se”, sem nada afirmar, fugindo da autoria da narrativa, apenas aproveitou a oportunidade para atacar o Dr. Floro Bartolomeu da Costa e indiretamente o Padre Cícero.

A conferência do Dr. Paulo Moraes e Barros teve larga repercussão na cidade do Rio de Janeiro e o Dr. Floro Bartolomeu da Costa subiu à tribuna da Câmara Federal, um mês depois, no dia 23 de setembro de 1923, para defender o Juazeiro e o Padre Cícero das acusações, tidas por ele como falsas e maliciosas.

A singela verdade estava exposta aos olhos de todos.

A extremada decisão, atribuída ao Dr. Floro Bartolomeu da Costa e por ele executada, de eliminar em praça pública o *Boi Mansinho* e distribuir a carne para consumo dos populares de Juazeiro, de acordo com sua narrativa no discurso feito na Câmara Federal¹⁴, provou que aquela história fantasiosa eram ultrajes e artimanhas inventadas para combater a sua candidatura e atingir a figura do Padre Cícero. Não houve qualquer reação, por parte dos romeiros, contrária ao abate do *Boi Mansinho* e até se rejubilaram, pois tiveram eles carne em suas refeições. Houve, sim, o fato de o beato José Lourenço ficar retido na residência do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, enquanto a polícia se deslocava até o Sítio Baixa-Dantas, no Crato, para não gerar dúvidas de que o touro abatido em praça pública era realmente o *Boi Mansinho*.

Como a arquidiocese do Ceará, e, de modo especial, a diocese do Crato, não conseguindo derrotar nas urnas a candidatura do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, entraram com o pedido de cassação do seu mandato assinado por todos os vigários do Estado do Ceará, sob a alegação de que o Dr. Floro Bartolomeu era inimigo do clero cearense. Pleito unanimemente rejeitado pelos Membros da Primeira Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados¹⁵.

A história, portanto, do *Boi Mansinho* ou *Boi Santo*, como a intitulou Lourenço Filho, não mereceria nem um capítulo da História de Jua-

¹⁴ COSTA, Floro Bartolomeu da. Juazeiro e o Padre Cícero (Depoimento para a História). Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, 1923.

¹⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessões Preparatórias, anos 1920 e 1930, p. 306-307.

zeiro. Apenas caber-lhe-ia um ligeiro parágrafo, assim como o fez o Dr. Paulo Moraes e Barros e ainda com reticências da espécie: “dizem”, “contam”... No entanto, a veiculação na grande imprensa brasileira daquela história do *Boi Santo* e ainda com a chancela de um respeitado e festejado intelectual do centro sul do país ganhou foros de verdade. Nertan Macedo, em 1959, publicou *Rosário, Rifle e Punhal*¹⁶, peça dramática em versos, misturando e fundindo as figuras de Antonio Conselheiro e do beato José Lourenço num único personagem, ganhando assim o *Boi Mansinho* espaço nos palcos brasileiros. Coube, todavia, ao dramaturgo Dias Gomes, na peça *A Revolução dos Beatos*¹⁷, cujo roteiro segue minuciosamente o relato contido no capítulo VIII do livro *Juazeiro do Padre Cícero*, de Lourenço Filho, consolidar na cultura brasileira a figura do *Boi Mansinho*, touro milagreiro, venerado por multidões de sertanejos fanáticos e que foi abatido em praça pública, por ordem do Padre Cícero, com ciúmes do prestígio do *Boi Mansinho*, que estava conquistando os seus romeiros.

Desde, então, seguindo a narrativa de Lourenço Filho, muito se tem escrito a respeito da vida e da comunidade agrícola liderada pelo beato José Lourenço e, quase sem exceção, todos repetem a história mal contada do Boi Mansinho.

São, portanto, imensos os perigos e riscos enfrentados pelos pesquisadores. Necessário revestir-se de muita cautela, confrontar os relatos da elite com os relatos populares. Identificar os interesses ocultos nas versões de *estórias* relatadas. Ler tudo o que se tem escrito a respeito do assunto pesquisado e buscar uma visão mais ampla e profunda do objeto da pesquisa. A verdade é uma pepita muito preciosa e só uma bateia sábia é capaz de capturá-la. No entanto, é sedutor o encontro com a verdade. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, anota: “A nossa história é narrada em livros incompletos, monografias sem documentação suficiente, frivolidades narrativas de episódios mais ou menos grandiosos, sublimes e detestáveis.”¹⁸

Cabe aos jovens pesquisadores recontar nossa história.

¹⁶ MACEDO, Nertan. *Rosário, Rifle e Punhal*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1959.

¹⁷ GOMES, Dias. *A Invasão * A Revolução dos Beatos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

¹⁸ FREYRE, Gilberto (1938), 3ª ed. Rio de Janeiro: Schmidt - Editor.

Referências Bibliográficas

BARROS, Antonio Moraes de (1924). *Impressões do Nordeste Brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Oficina Gráfica Monteiro Lobato & Cia.

BRÍGIDO, João (1888) *Apontamentos para a Historia do Cariry*. Fortaleza: Typ. da Gazeta do Norte.

CARPENTIER, Alejo (1976). *Razón de Ser*. 1ª ed. Caracas/Venezuela. Universidad Central de Caracas - Ediciones del Rectorado.

COSTA, Floro Bartolomeu da (1923). *Joaseiro e o Padre Cícero* (Depoimento para a História). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

GARDNER, George (1975) *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: EdUSP.

LE GOFF, Jacques (2003). *Os Intelectuais na Idade Média*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

GOMES, Dias (1962). *Teatro: a Invasão e a Revolução dos Beatos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KOSTER, Henry (2003). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Fortaleza: ABC Editora.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström (1926). *Joaseiro do Padre Cícero*. 1ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

MACEDO, Nertan (1959). *Rosário, Rifle e Punhal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edit. Leitura S.A

SOBREIRA, Pe. Azarias (1938). *O Primeiro Bispo do Crato* (Dom Quintino). Fortaleza: Editora ABC.

Palestra proferida na Mesa-Redonda sobre “Arquivos, Cartas, Jornais, Historiografia, Patrimônio Oral e Artístico, no X CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - Discursos, Ritos e Práticas: A Educação Popular, Cívica, Mediática e Religiosa na Perspectiva Comparada, de 25 a 28 de setembro de 2011, em Juazeiro do Norte/Ceará.